

NA BASE

www.sind.org.br

CAMPANHA REIVINDICATÓRIA

QUÍMICOS/PETROQUÍMICOS

Para avançar e não recuar, mobilização já!

Na segunda rodada de negociação, que aconteceu no dia 22/09, na sede do Sindicato, quando foram discutidas as questões econômicas, o patronato demonstrou que não está mesmo disposto a avançar na campanha reivindicatória. Prova disto, foi o reajuste salarial de 4% proposto. Por estar muito aquém da reivindicação dos trabalhadores, o Sindicato informou ao patronato que vai defender em assembléia com a categoria a rejeição desta proposta, que considera vergonhosa. Quanto ao pagamento da cláusula 4ª a resposta foi a de sempre: o passivo está na Justiça. Nossa entidade reafirmou sua disposição em negociar e lembrou que o patrão reconhece o direito dos trabalhadores à cláusula 4ª e citou o exemplo recente da Rhodia que já negociou e fechou acordo. Em relação à PLR, o Sindicato colocou que quer participar de todo o processo de negociação, para que haja transparência, o que não vem acontecendo em boa parte das empresas. Quanto ao extra-turno, apesar do patronato negar a reivindicação, o Sindicato reafirmou a necessidade de resolver esta questão (que já está na justiça), pois é fato que os trabalhadores,

na prática, acabam trabalhando mais de oito horas por dia.

Diante dos dados econômicos que apontam o crescimento da economia brasileira nos últimos meses, com saldos positivos na geração de emprego e na recuperação de vários setores, inclusive o da indústria, o patronato, pela primeira vez, deixou de lado o argumento da crise que vem usando frequentemente. Chegou mesmo a admitir que o setor petroquímico está crescendo, mas alegou que teve prejuízo no final do ano passado. O Sindicato rebateu, argumentando que 2008 foi um ano de muitos ganhos para o segmento petroquímico. Mesmo com a retração dos últimos três meses do ano passado, o faturamento líquido de 2008 foi o maior, em dólar, dos últimos oito anos, US\$ 61,2 bilhões. E mais: de acordo com o IBGE, a variação da produção industrial teve saldo positivo de dezembro de 2008 a julho de 2009. Na indústria em geral este saldo foi de 12%, na indústria de produtos químicos foi de 18,9% e os bens de consumo duráveis tiveram um incremento de 76,5%, neste período, o que reflete positivamente no segmento petroquímico. Portanto, é contraditório

oferecer um reajuste tão baixo, e que a luta por um reajuste fixo de R\$ 350,00 vai continuar.

O Sindicato lembrou que inovou ao reivindicar um valor fixo a título de reajuste salarial, e que esta questão já vem sendo inclusive incorporada por outros setores a exemplo dos trabalhadores em Correios que já alcançaram uma proposta de 9% de reajuste salarial e mais R\$100,00 incorporados ao salário. Citou também os metalúrgicos das montadoras do ABC paulista, que fecharam Acordo com 2% de ganho real e mais um abono de R\$ 1.500,00. Tudo isto foi para dizer, que os químicos e petroquímicos da Bahia, não vão ficar para trás. É preciso ficar atento, pois o patronato está querendo "innovar", isto é, além de não aceitar nossas reivindicações ainda quer retirar direitos. A partir desta semana, o Sindicato vai realizar assembléias em todas as fábricas do Complexo de Camaçari para apresentar a vergonhosa proposta patronal e a decisão dos trabalhadores será levada ao patronato na terceira rodada de negociação que vai acontecer no dia 06/10, terça-feira, às 8h, na FIEB. Vamos à luta, avançando sempre, recuando nunca.

PETROBRÁS

No Rio, FUP e Petrobrás participaram da segunda rodada de negociação para tratar de propostas referentes a benefícios, aposentados e anistia. As

próximas reuniões acontecem 23 e 25/09. A Petrobrás tem prazo até o dia 29/09 para responder as reivindicações dos trabalhadores **Pág 04**

CLÁUSULA 4ª
GANHAMOS E
VAMOS LEVAR
CUSTE O QUE
CUSTAR!

Ano 04 • Nº 181
23 a 29 de setembro de 2009

PETROBRAS

O Sindicato convoca os trabalhadores e as trabalhadoras do Conjunto Pituba, Cofip e Universidade Corporativa a participar da eleição da CIPA, que acontece de 14 a 27/09. Vamos votar nos candidatos com propostas que melhorem as condições no ambiente de trabalho e que lutem por uma política de segurança realmente eficaz. Participe!

Entrevista – Advogado
fala sobre assédio moral
em empresas públicas e
privadas

Pág 02

QGN – Trabalhadores
apreensivos com assaltos

Pág 03

Cláusula 4ª – Acordo dos
trabalhadores da Rhodia
é homologado

Pág 04

A economia brasileira tem apresentado uma curva ascendente com saldos cada vez mais positivos na geração de emprego e na recuperação de vários setores, inclusive o da indústria. A afirmação pode ser comprovada através de dados e indicadores que vêm sendo divulgados pela mídia. De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), a criação de empregos com carteira assinada bateu recorde no mês de agosto. Na Bahia, foram criados 11.085 postos de trabalho formais. O Estado acumula 43.975 empregos neste ano, número que já supera o total dos 12 meses de 2008. Nacionalmente, de acordo com o Ministério do Trabalho, a geração de empregos ultrapassou 242 mil vagas. A indústria teve um papel de destaque, gerando no mês de agosto três vezes mais vagas do que em julho, alcançando 66.564 postos de trabalho. Os números jogam por terra as avaliações precipitadas e negativas feitas por parte do empresariado e da mídia direitista quando estourou a crise financeira internacional. O jogo do contra não surtiu efeito devido à ação do movimento sindical brasileiro, com destaque para a CUT, que exigiu do governo federal ações concretas para conter a crise. O jornal francês Le Monde publicou na quinta-feira 17/09, uma reportagem em que analisa a situação dos países que fazem parte do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) como um exemplo de como se enfrentar a crise. Portanto, neste segundo semestre, quando estamos em plena campanha reivindicatória, não vamos permitir que o patronato use a desculpa da crise para não atender às nossas reivindicações. Afinal, os números não mentem: a recuperação, principalmente da indústria, é um fato. Não é hora de recuo, mas de avanço. E é neste sentido que vamos caminhar.

ENTREVISTA

O advogado Ranieri Lima Resende é Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presta assessoria jurídica ao nosso Sindicato, através do escritório Aline&Roberto. Ele fala nesta entrevista sobre assédio moral nas empresas do ramo. Leia a seguir:

Na Base - Como se caracteriza a prática de assédio moral no ambiente de trabalho?

Ranieri Resende - O assédio moral é toda forma de constrangimento imposta pelo empregador ou pelo superior hierárquico ao empregado, que aflija o trabalhador do ponto de vista de sua integridade psicológica. Queremos dizer com isso que o assédio configura também uma forma perversa de discriminação do empregado no seu local de trabalho, pois o tratamento aplicado à vítima de assédio moral visa desqualificá-la pessoal e profissionalmente em face dos demais trabalhadores. Importante ressaltar que uma situação de assédio moral não deve ser confundida com o legítimo exercício do poder diretivo do empregador e de seus prepostos (diretores, gerentes, chefes etc.), verificado na distribuição e no controle rotineiro das tarefas e atribuições dos trabalhadores. O que caracteriza o assédio é o abuso de poder na relação de trabalho, em ofensa à integridade psíquica da vítima.

NB - Qual é o perfil de um chefe ou gerente assediador?

RR - Acreditamos que a definição do assédio moral envolve a intenção do empregador ou do superior hierárquico no sentido de humilhar, constranger e excluir a vítima no ambiente de trabalho. Quem pratica o ato de assédio, portanto, é um sujeito imbuído da pretensão de prejudicar diretamente o trabalhador. Mas, outro fato chama a nossa atenção. Normalmente, o assediador ignora que seus atos atingem negativamente o desenvolvimento da própria empresa, a partir do momento em que provoca a queda de produtividade da vítima constrangida pelo

assédio e torna o local de trabalho propício a tensões e desgastes emocionais plenamente evitáveis. Podemos dizer, então, que o assediador personifica alguém que trabalha de modo nocivo em prejuízo do trabalhador assediado, da categoria profissional e do próprio empreendimento.

NB - Quais são as provas que a vítima de assédio moral deve reunir para entrar na Justiça contra o assediador?

RR - As provas do assédio moral são, na maioria das vezes, de natureza testemunhal, ou seja, foram situações constrangedoras vivenciadas pelo próprio empregado e testemunhadas por outros colegas de trabalho. Por exemplo, podemos citar ordens desarrazoadas e sem finalidade profissional, críticas depreciativas e comentários humilhantes manifestados com a finalidade de ofender a dignidade do trabalhador. Existem, conjuntamente, provas documentais que podem materializar ocorrências de assédio por meio de documentos escritos (memorandos internos e mensagens de e-mail). Ao visualizar situações dessa natureza, o empregado deve munir-se de todas as provas ao alcance para instruir a reclamação trabalhista. Nesse sentido, é importantíssimo denunciar o fato quanto antes ao Sindicato, que dará as orientações por meio de seus diretores e de sua assessoria jurídica especializada.

NB - Uma vez constatada a prática de assédio moral, quais são as penalidades previstas pela legislação para punir o assediador?

RR - Diferente do assédio sexual que está tipificado no Artigo 216-A, do Código Penal Brasileiro ("constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função"), o assédio moral ainda não é considerado crime. No entanto, graves consequências cíveis e trabalhistas para o empregador decorrem de sua prática, especialmente no tocante à obrigação para a empresa e para o ofensor de



indenizarem todos os danos materiais e morais infligidos à vítima.

NB - Foi confirmado algum caso de assédio moral pelo seu Escritório?

RR - Já atuamos em diversos casos de assédio moral e que foram objeto da devida reparação pelo Poder Judiciário. É possível citar situações absurdas dos mais diversos tipos e matizes. Há exemplos de trabalhadores vítimas de perseguição direta de chefias, com a atribuição de tarefas de cunho pessoal e sem qualquer natureza profissional (como na execução de atividades na residência do empregador, sem qualquer nexo com a empresa). Outros casos que chamaram a nossa atenção foram os constrangimentos gerados pela imputação de "apelidos" depreciativos ao empregado, sem falar nas situações em que o empregador simplesmente deixa de distribuir tarefas ao trabalhador ou não fornece os equipamentos necessários para o desenvolvimento de seu trabalho (a chamada "gela-deira"), com a intenção de gerar o isolamento do profissional na empresa e de forçar até mesmo um pedido de demissão.

NB - Na sua opinião, a prática de assédio moral ocorre mais nas empresas públicas ou nas privadas?

RR - O assédio moral não é prática ilícita exclusiva de empresas privadas, pois no setor público isso também ocorre. Mas, sem dúvida, o assédio acontece com muito mais frequência na iniciativa privada, tendo em vista a larga escala de postos de trabalho a ela vinculados e devido a uma certa "cultura de impunidade" do assediador nas empresas. Por essa razão, acreditamos que somente com uma atuação firme e combativa de todos os atores envolvidos (trabalhadores, Sindicato e assessoria jurídica) é que poderemos mudar esse cenário lamentável de contínua ofensa à dignidade da pessoa humana.

QUÍMICOS/PETROLEIROS
BOLETIM
NA BASE

BOLETIM INFORMATIVO OFICIAL
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO
QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

Rua Marujos do Brasil, nº20,
Nazaré, SSA/BA, CEP 40050-030,
Tel.: (71) 3444-1313 Fax: (71) 3444-1327

E-mails:

Setor de Comunicação: imprensa@sind.org.br
Sindicato: sind@sind.org.br

Tiragem: 18.000 exemplares

ESTAMOS DE OLHO

MILLENNIUM

Trabalhadores tentam sensibilizar yankees para receber pagamento de PLR

O Sindicato se reuniu com a direção da empresa, para tratar vários assuntos pendentes, a exemplo de pagamento de PLR de 2008, Plano de Previdência Privada (Pprevmil) e assistência médica. Saímos da reunião convictos de que só a mobilização poderá reverter a intransigência da empresa que se recusa a negociar esses pontos. Em relação à PLR, a Millennium

anunciou que não vai pagar a antecipação, que seria descontada no fechamento do Acordo da Participação, porque não tem autorização do grupo norte-americano para tratar a questão. Isso é um absurdo. Em clima de revolta, na semana passada, foram realizadas assembleias nos turnos e administrativo para discutir as estratégias de mobilização, caso a Millennium

continue com a mesma postura intransigente demonstrada até o momento. No que se refere aos outros pontos reivindicados, como a proposta de retornar a aplicar o desconto da assistência médica, nos moldes anteriores, e a contribuição da Millennium ao plano de Previdência Privada também foram rejeitados pela gerência. Queremos a nossa PLR!

QGN

Onda de violência apavora trabalhadores

A onda de violência na fábrica do Polo de Camaçari, nas últimas semanas, causou pânico entre os trabalhadores. O fato mais grave aconteceu no início do mês, quando faltou pouco para que um trabalhador fosse atingido por uma bala perdida durante um tiroteio. Segundo denúncias apuradas pelo Sindicato, uma unidade desativada,

a péssima iluminação e o quadro reduzido de vigilantes são os fatores principais para as constantes tentativas de assaltos no local. Não é de agora que o Sindicato solicita a contratação de mais vigilantes, pois apenas dois por turno não conseguem vigiar toda a área e muitas vezes são surpreendidos pelos assaltantes. Outras pendências

como pagamento das horas extras para quem participa dos cursos e reuniões e aumento de salário para o pessoal de turno também estão sendo tratadas nas assembleias realizadas na porta da QGN. Nesta semana, o Sindicato vai encaminhar à direção da empresa um documento com as reivindicações dos trabalhadores.

ELEKEIROZ-ITAÚSA

Queremos a nossa PLR!

Os trabalhadores estão revoltados com a péssima gestão da empresa e os maus tratos promovidos pelos gerentes. O pessoal do administrativo continua sem café da manhã e o turno tem apenas uma opção de lanche que é da pior qualidade e ninguém pode reclamar. No final de semana, a situação piora ainda mais, porque os alimentos

oferecidos nas refeições nem cachorro come. O problema é que a Elekeiroz não quer aumentar o valor do contrato com a empresa prestadora de serviço na área de alimentação e quem paga o pato por isso é o trabalhador. Outra questão grave é que a empresa já anunciou que não vai pagar a antecipação da PLR, como fez em anos anteriores. Os trabalhadores

ficaram sabendo disso através de um comunicado interno e o Sindicato sequer foi comunicado. Os empregados estão indignados com a medida, inclusive porque muitos deles tinham feito planos com o dinheiro da PLR. É grande a insatisfação com a gestão autoritária, arbitrária e unilateral assumida pelo grupo. Paciência tem limite!

SANSUY

No dia 17/09, aconteceu a primeira audiência de conciliação na 3ª Vara de Trabalho, em Camaçari, para tratar a questão da

periculosidade e insalubridade. O advogado da empresa foi taxativo, em relação a uma possível conciliação para resolver o impasse, reafirmando que a Sansuy não reconhece este direito e,

portanto, não vai negociar com o Sindicato. Solicitamos à Justiça a necessidade de ser realizada uma perícia na fábrica. Temos até o dia 13/10 para buscar as condições de resolver isso.

KEMWATER

O Sindicato, após realizar assembleia com os trabalhadores, assinou o Acordo Coletivo de pagamento da PLR que foi aprovado pela categoria.

SETOR PLÁSTICO

Terminou na última sexta-feira (18), o seminário 'Desafios do Setor Plástico – sustentabilidade, qualificação e emprego na produção de sacolas plásticas', que aconteceu na sede do Sindicato dos Químicos de São Paulo. O seminário contou com a participação de mais de 50 sindicalistas que representaram diversos sindicatos, entre eles o Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia. Entre os temas que dominaram o debate estavam as diferentes experiências internacionais para lidar com sacolas plásticas, a preocupação em inserir o trabalhador nas discussões sobre questões como geração de emprego e meio ambiente e o esforço para um desenvolvimento sustentável do setor, que envolva as questões sociais, econômicas e ambientais.

FORTLEV

No dia 03/09, aconteceu uma reunião entre o Sindicato e a direção da empresa para tratar sobre vários assuntos. Em relação à periculosidade ficou acertado que em um prazo de 120 dias, tanto o Sindicato como a Fortlev, vão indicar uma empresa para realizar uma fiscalização na área de produção e no adm. A partir de dezembro será retomada a discussão do adicional de turno e em relação ao processo de PLR, o assunto começará a ser discutido a partir do próximo mês. No que se refere ao empréstimo consignado, a Fortlev ficou de sentar com um dos bancos para analisar a taxa de juros menores que será oferecida aos nossos associados. O Sindicato reafirmou sua posição contrária às demissões por justa causa ocorridas ultimamente. A próxima reunião acontecerá no dia 23/09, às 14h.

PETROBRÁS

Continuam as negociações entre a FUP e Petrobrás

Na segunda rodada de negociação da pauta de reivindicações, entre a FUP e seus Sindicatos com a Petrobrás, no dia 21/09, foram tratadas as reivindicações referentes a benefícios, anistia, aposentados e pensionistas. Na ocasião, a Petrobrás apresentou os dados sobre AMS e benefícios educacionais. A Federação e seus Sindicatos reivindicaram avanços nos pontos apresentados nesta rodada, a exemplo do auxílio educacional em valor único para ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, equivalente ao maior reembolso praticado pela Petrobrás; inclusão de pai e mãe na AMS, dentre outros. A categoria encontra os resultados desta negociação no sítio www.fup.org.br. Nesta edição do boletim, vamos destacar apenas alguns pontos apresentados pela Federação. Em relação ao auxílio-doença para trabalhadores afastados, a FUP cobrou que a Petrobrás garanta o pagamento da complementação da remuneração integral para esses empregados, em decorrência de acidente ou doença, inclusive os que estão aposentados pelo INSS, mas continuam na ativa. A reivindicação é de que a complementação seja paga durante os quatro primeiros anos do afastamento, incidindo também sobre o 13º salário e férias do período. No que se refere à reabertura da repactuação do Plano Petros, uma das reivindicações da pauta apresentada pela FUP é a implantação de uma comissão de negociação específica para discutir critérios e parâmetros para reabertura do processo de repactuação do Plano Petros, para atender aqueles que não foram contemplados e deixaram de usufruir dos benefícios conquistados pelos 72% dos participantes que repactuaram.

Outras reivindicações são retorno dos assistidos ao Plano Petros, conforme previsto nas cláusulas 33 e 45 dos acordos coletivos 1984/85 e 1985/86; implementação do Benefício Proporcional Opcional (BPO), no Regulamento do Plano Petros; revogação da Resolução 49, que no entendimento da FUP pune os aposentados e pensionistas, ao proibir a inclusão de seus dependentes no plano; extinção do limite de idade para o Grupo 78/79, dentre outras. A FUP ressaltou a reivindicação da categoria de inclusão de pai, mãe, padrasto e madrasta na AMS, nos mesmos moldes praticados pela empresa para os trabalhadores admitidos até 1997. A Federação destacou que é fundamental corrigir a diferenciação entre os trabalhadores que têm este direito garantido e os que continuam lutando para incluir seus pais e mães na Assistência Médica. Este é um dos últimos resquícios de discriminação existentes no acordo coletivo que precisa ser resolvido de uma vez por todas pela empresa. Foram ressaltadas as necessidades de ampliação da rede de credenciamento, a inclusão de novos beneficiários, melhorias na cobertura de procedimentos e nos programas específicos, como o PAE, PASA e PAD. A FUP também ressaltou a necessidade de implantação ainda este ano do

Comitê Gestor, garantido no atual acordo coletivo, em substituição à Comissão de AMS. Este será um instrumento fundamental para que os trabalhadores participem da gestão da Assistência Médica, buscando a ampliação da qualidade dos benefícios e dos serviços prestados, assim como soluções para os problemas identificados.

Anistia - A pauta dos trabalhadores concentra nas cláusulas 181 e 182, as principais reivindicações dos anistiados que retornaram ao Sistema Petrobrás, assim como dos que estão em processo de implementação da anistia. A FUP cobrou a garantia no Acordo Coletivo da recomposição do ATS dos anistiados, tomando como base a data de sua efetiva readmissão na empresa. Na última campanha reivindicatória, foi garantido o ATS referente ao tempo trabalhado antes da demissão e após 2007, ficando descoberto o período em que o anistiado foi readmitido na empresa até 2007.

As negociações prosseguem nos dias 23/09 (Condições de Trabalho, Planejamento e Recrutamento de Pessoal e Terceirização) e 25/09 (Salários, Vantagens e Vigência do ACT, Relações Sindicais e Segurança no Emprego). A Petrobrás tem até o dia 29/09 para responder as reivindicações da pauta.

PUNIÇÃO - Em resposta à cobrança da FUP, a Petrobrás agendou para sexta-feira, 25/09, uma reunião específica para discutir as punições aplicadas contra os trabalhadores que participaram da greve de março. A categoria aprovou em assembleias o indicativo do Conselho Deliberativo de que não haverá assinatura do acordo, enquanto a empresa mantiver as punições arbitrariamente impostas aos trabalhadores da Bacia de Campos, Rio Grande do Norte, Campinas, entre outras bases da Federação.

Os trabalhadores das termelétricas do Sistema Petrobrás também passarão a ter direito ao recebimento da PLR 2008. A negociação entre a FUP e a Diretoria de Gás e Energia da Petrobrás foi concluída com sucesso. Serão beneficiados os 192 trabalhadores das termelétricas que são controladas de

forma integral pela Petrobrás. A PLR será paga no final deste mês como Gratificação de Desempenho Operacional (GDO). A vitória só foi possível após muita luta da FUP. A Federação e o Sindicato continuam lutando pela igualdade de direitos de todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás.

CLÁUSULA 4ª
GANHAMOS E
VAMOS LEVAR
CUSTE O QUE
CUSTAR!

Rhodia reconhece direito à cláusula 4ª

Mais uma empresa do pólo de Camaçari reconhece o nosso direito à cláusula 4ª. A Rhodia reconhecendo este direito pôs ao Sindicato um Acordo para quitar a dívida deste passivo trabalhista. O acordo de cláusula 4ª foi homologado na quinta-feira, dia 17/09, na Primeira Turma da Justiça do Trabalho de Camaçari, depois de ter sido aprovado pelos trabalhadores da Rhodia em assembleia. Esse fato é muito importante, pois reafirma que o setor empresarial reconhece o direito à cláusula 4ª e também mostra a capacidade de negociação desta categoria. Vamos continuar nossa luta e cobrando do patronato a nossa cláusula 4ª porque é um direito reconhecido pelo patronato. Queremos o que é nosso! Queremos a nossa cláusula 4ª!

SESSÃO ESPECIAL

56 anos da Petrobras

Será realizada, no dia 29/09, às 18h30, uma sessão especial comemorativa sobre os 56 anos da Petrobras, no Plenário Cosme de Farias, na Câmara Municipal de Salvador. Foi convidado o coordenador da FUP, Antonio Moraes e lideranças sindicais ligadas à Petrobras. A iniciativa é do vereador Moisés Rocha.

**Termelétricas
PETROBRÁS**